
Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD ao longo de sua existência. A primeira permite acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; a segunda destaca a população-alvo nos temas básicos investigados; e a terceira reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2009

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969

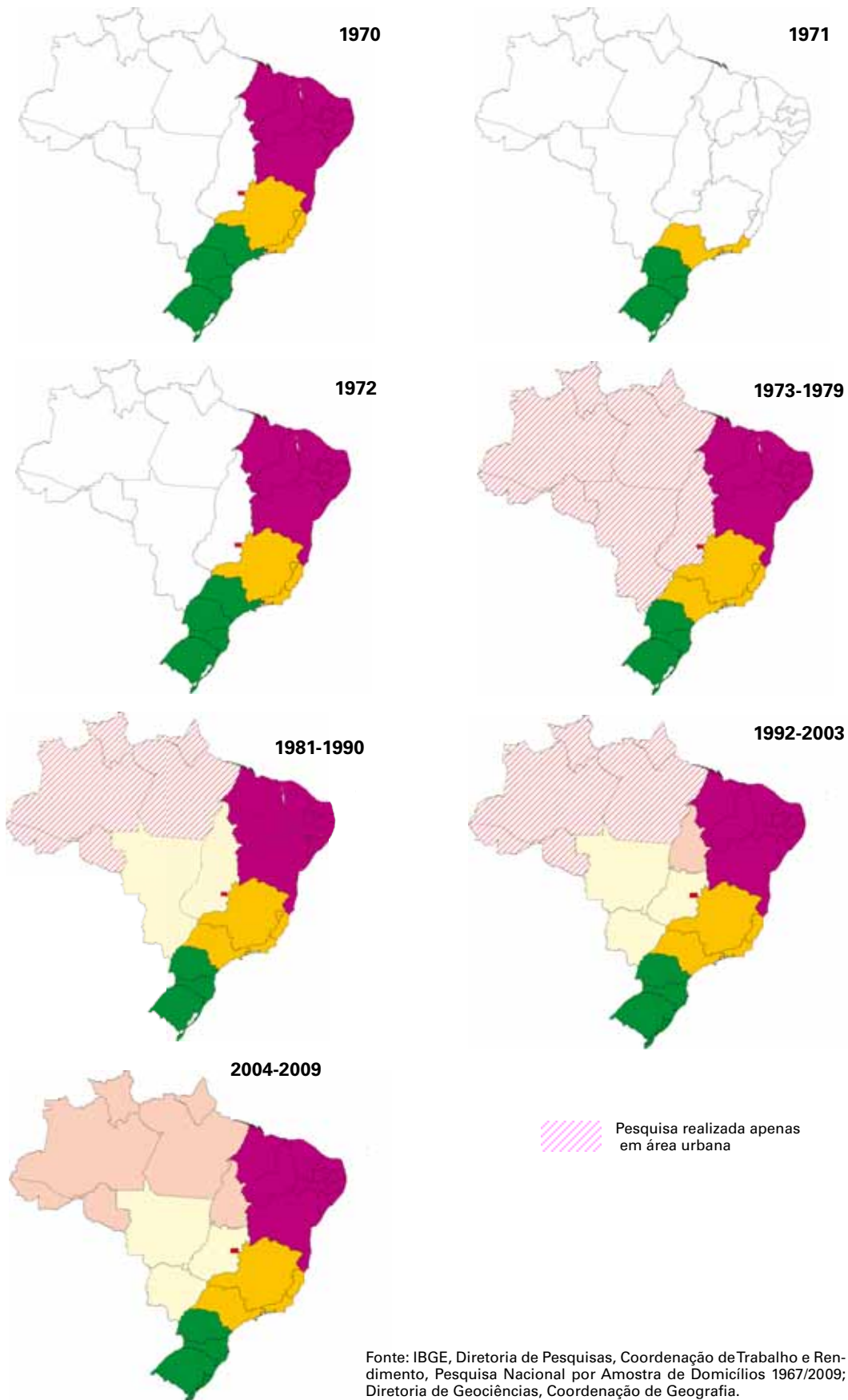


I, II e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2009 (conclusão)



Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2009

| Ano | Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD | | | | Ano | | |
|------|---|-----------------------|------------------------------------|-------------------------------------|------------------|-------------------------------------|------|
| | Habituação | Aspectos demográficos | Educação | Trabalho e rendimento | | | |
| 1967 | Todos os domicílios | Todas as pessoas | Pessoas de 5 anos ou mais de idade | Pessoas de 14 anos ou mais de idade | 1967 | | |
| 1968 | | | | | 1968 | | |
| 1969 | | | | | 1969 | | |
| 1970 | | | | | 1970 | | |
| 1971 | | | | | 1971 | | |
| 1972 | | | | 1972 | | | |
| 1973 | | | | 1973 | | | |
| 1976 | | | | 1976 | | | |
| 1977 | | | | 1977 | | | |
| 1978 | | | | 1978 | | | |
| 1979 | | | | 1979 | | | |
| 1981 | | | | 1981 | | | |
| 1982 | | | | 1982 | | | |
| 1983 | | | | 1983 | | | |
| 1984 | | | | 1984 | | | |
| 1985 | | | 1985 | | | | |
| 1986 | | | 1986 | | | | |
| 1987 | | | 1987 | | | | |
| 1988 | | | 1988 | | | | |
| 1989 | | | 1989 | | | | |
| 1990 | | | 1990 | | | | |
| 1992 | | | 1992 | | | | |
| 1993 | | | 1993 | | | | |
| 1995 | | | 1995 | | | | |
| 1996 | | | 1996 | | | | |
| 1997 | | | 1997 | | | | |
| 1998 | | | 1998 | | | | |
| 1999 | | | 1999 | | | | |
| 2001 | | | | | Todas as pessoas | Pessoas de 5 anos ou mais de idade | 2001 |
| 2002 | | | | | | Pessoas de 10 anos ou mais de idade | 2002 |
| 2003 | | | | 2003 | | | |
| 2004 | | | | 2004 | | | |
| 2005 | | | | 2005 | | | |
| 2006 | | | | 2006 | | | |
| 2007 | | | | 2007 | | | |
| 2008 | | | | 2008 | | | |
| 2009 | | | | 2009 | | | |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2009.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”; para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para as classificações de ocupações e de atividades investigadas na PNAD (ver Glossário, no final da publicação).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação a partir da PNAD 2007. Foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico (Personal Digital Assistant - PDA), para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Em 2007, foi utilizado o sistema *DIA - Detección e Imputación Automática de errores para datos cualitativos*, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, se utiliza somente o *Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS*.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as PNADs realizadas de 1992 a 1999. Da mesma forma, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para as pesquisas da PNAD desta década;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;

As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá;

A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil; e

A classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000, como frisado anteriormente, permaneceu para as pesquisas da PNAD desta década.

Reponderação da série histórica

A partir da PNAD 2008, as estimativas de população foram geradas em sintonia com as informações da revisão 2008 das projeções populacionais. Foram produzidos novos pesos para expansão dos resultados da PNAD para o período de 2001 a 2007. Os resultados apresentados nesta publicação para esses anos são os reponderados segundo o novo critério.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primária e secundária (municípios e setores censitários) da PNAD da primeira década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 1º de agosto de 2000 e utilizadas para a realização do Censo Demográfico 2000.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2000.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2000 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

A inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 2004 foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas, por essa razão foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Além desta atualização, com a finalidade de acompanhar o crescimento dos municípios pertencentes à amostra, criou-se um cadastro complementar constituído pelas unidades domiciliares existentes em conjuntos residenciais, edifícios e favelas com 30 ou mais unidades residenciais que tenham surgido, nestes municípios, após a realização do Censo Demográfico 2000.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas em 2009.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

| Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas | Fração de amostragem | Composição da amostra | | | |
|--|----------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|----------------|
| | | Municípios | Setores | Unidades domiciliares | Pessoas |
| Brasil | | 851 | 7 818 | 153 837 | 399 387 |
| Rondônia | | 11 | 113 | 2 456 | 6 681 |
| Urbana | 1/200 | | 80 | 1 641 | 4 694 |
| Rural | 1/150 | | 33 | 815 | 1 987 |
| Acre | | 5 | 62 | 1 408 | 4 373 |
| Urbana | 1/150 | | 46 | 913 | 2 777 |
| Rural | 1/80 | | 16 | 495 | 1 596 |
| Amazonas | | 7 | 145 | 3 061 | 10 231 |
| Urbana | 1/250 | | 125 | 2 588 | 8 859 |
| Rural | 1/200 | | 20 | 473 | 1 372 |
| Roraima | | 3 | 38 | 818 | 2 496 |
| Urbana | 1/150 | | 30 | 693 | 2 188 |
| Rural | 1/50 | | 8 | 125 | 308 |
| Pará | | 22 | 343 | 7 568 | 21 513 |
| Urbana | 1/350 | | 87 | 6 123 | 17 414 |
| Rural | 1/250 | | 49 | 1 445 | 4 099 |
| Região Metropolitana de Belém | 1/150 | 5 | 207 | 3 955 | 10 747 |
| Amapá | | 4 | 43 | 921 | 3 281 |
| Urbana | 1/200 | | 33 | 655 | 2 384 |
| Rural | 1/80 | | 10 | 266 | 897 |
| Tocantins | 1/200 | 13 | 77 | 2 101 | 5 838 |
| Maranhão | 1/750 | 18 | 105 | 2 335 | 7 223 |
| Piauí | 1/500 | 19 | 114 | 2 008 | 5 849 |
| Ceará | 1/500 | 39 | 402 | 9 035 | 25 892 |
| Região Metropolitana de Fortaleza | 1/200 | 13 | 270 | 5 708 | 16 106 |
| Rio Grande do Norte | 1/450 | 15 | 99 | 2 333 | 6 516 |
| Paraíba | 1/450 | 16 | 108 | 2 630 | 7 622 |
| Pernambuco | 1/500 | 44 | 472 | 9 415 | 24 600 |
| Região Metropolitana de Recife | 1/200 | 14 | 314 | 6 085 | 15 474 |
| Alagoas | 1/450 | 12 | 91 | 2 040 | 5 983 |
| Sergipe | 1/300 | 11 | 83 | 2 230 | 6 037 |
| Bahia | 1/450 | 66 | 614 | 14 217 | 36 687 |
| Região Metropolitana de Salvador | 1/200 | 10 | 303 | 6 277 | 15 745 |
| Minas Gerais | 1/550 | 123 | 779 | 14 415 | 37 180 |
| Região Metropolitana de Belo Horizonte | 1/350 | 26 | 248 | 4 749 | 12 773 |
| Espírito Santo | 1/450 | 19 | 137 | 3 047 | 7 418 |
| Rio de Janeiro | 1/400 | 43 | 619 | 12 160 | 27 056 |
| Região Metropolitana do Rio de Janeiro | 1/550 | 19 | 438 | 7 872 | 18 752 |
| São Paulo | 1/800 | 110 | 927 | 18 030 | 43 347 |
| Região Metropolitana de São Paulo | 1/800 | 35 | 463 | 8 247 | 20 434 |
| Paraná | 1/550 | 69 | 436 | 7 605 | 19 883 |
| Região Metropolitana de Curitiba | 1/350 | 20 | 161 | 3 042 | 8 167 |
| Santa Catarina | 1/550 | 28 | 169 | 4 172 | 10 317 |
| Rio Grande do Sul | 1/550 | 75 | 648 | 12 487 | 29 437 |
| Região Metropolitana de Porto Alegre | 1/200 | 29 | 397 | 7 475 | 17 875 |
| Mato Grosso do Sul | 1/300 | 16 | 128 | 2 988 | 7 831 |
| Mato Grosso | 1/300 | 21 | 147 | 3 294 | 7 737 |
| Goiás | 1/300 | 41 | 321 | 7 049 | 16 901 |
| Distrito Federal | 1/200 | 1 | 197 | 4 014 | 11 458 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbana e rural.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- 1ª) O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- 2ª) O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Estimativas dos erros amostrais

A utilização do plano de amostragem da PNAD, para estimar populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente, como pode ser o caso do tema em questão, pode gerar estimativas com erros de amostragem elevados.

Nesse sentido, visando facilitar a avaliação da precisão das estimativas divulgadas, foram calculados os erros de amostragem, expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular de divulgação,

exceto para as referentes às estimativas das informações “sem declaração”, devido à sua natureza. Para cada tabela de resultados apresentada nesta divulgação, segue uma outra com os correspondentes coeficientes de variação.

Função ajustante dos erros amostrais

A dificuldade que adviria do cálculo dos erros de amostragem, expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular, considerando todos os níveis de divulgação (Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas) mostrou a necessidade de adoção de uma forma alternativa de apresentação destes coeficientes.

Assim sendo, a fim de fornecer uma aproximação para os coeficientes de variação associados às estimativas com o objetivo de quantificar o erro amostral em função da dimensão da estimativa, optou-se por ajustar modelos de regressão para cada um dos seguintes grupos de variáveis:

Para pessoas:

- Total
- Situação urbana
- Situação rural

Para famílias e domicílios:

- Total
- Situação urbana
- Situação rural

A partir da análise dos ajustamentos realizados, optou-se pelo uso do modelo de regressão da forma $Y = Ax^B$, onde x é o valor da estimativa e Y é o respectivo coeficiente de variação.

Cabe ressaltar que o ajustamento só pode ser utilizado para as variáveis qualitativas da pesquisa, isto é, não se deve usar a função ajustante quando se tratar de variáveis quantitativas, como é o caso, por exemplo, de estimativas de rendimento médio.

Coeficientes de regressão e coeficientes de variação ajustados

Os coeficientes das regressões, **A** e **B**, encontrados para cada ajuste, são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 - Coeficientes de regressão, segundo o tipo de estimativa e a situação do domicílio - Brasil - 2009

| Situação do domicílio | Coeficientes de regressão | |
|------------------------------|---------------------------|-------------------|
| | A | B |
| Pessoas | | |
| Total | 1 913,7128 | (-) 0,4682 |
| Urbana | 770,7994 | (-) 0,4064 |
| Rural | 304,5823 | (-) 0,3050 |
| Famílias e domicílios | | |
| Total | 3 033,6896 | (-) 0,4953 |
| Urbana | 1 524,2050 | (-) 0,4444 |
| Rural | 873,5733 | (-) 0,3733 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Para avaliar aproximadamente o coeficiente de variação, expresso em porcentagem, associado a uma estimativa x , de uma determinada característica de pessoas, famílias ou domicílios, deve-se aplicar à expressão Ax^B os parâmetros **A** e **B** convenientes.

Os coeficientes de variação por tipo de estimativa, calculados pela aplicação dos parâmetros pertinentes a determinados tamanhos de estimativas, são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 - Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio, segundo o tamanho da estimativa - Brasil - 2009

| Tamanho da estimativa | Coeficientes de variação (%) | | | | | |
|-----------------------|------------------------------|--------|-------|-----------------------|--------|-------|
| | Pessoas | | | Famílias e domicílios | | |
| | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural |
| 1 000 | 75,4 | 46,5 | 37,0 | 99,1 | 70,8 | 66,3 |
| 2 000 | 54,5 | 35,1 | 30,0 | 70,3 | 52,0 | 51,2 |
| 3 000 | 45,1 | 29,8 | 26,5 | 57,5 | 43,4 | 44,0 |
| 4 000 | 39,4 | 26,5 | 24,3 | 49,9 | 38,2 | 39,5 |
| 5 000 | 35,5 | 24,2 | 22,7 | 44,7 | 34,6 | 36,3 |
| 10 000 | 25,6 | 18,3 | 18,3 | 31,7 | 25,4 | 28,1 |
| 20 000 | 18,5 | 13,8 | 14,9 | 22,5 | 18,7 | 21,7 |
| 30 000 | 15,3 | 11,7 | 13,1 | 18,4 | 15,6 | 18,6 |
| 40 000 | 13,4 | 10,4 | 12,0 | 16,0 | 13,7 | 16,7 |
| 50 000 | 12,1 | 9,5 | 11,2 | 14,3 | 12,4 | 15,4 |
| 100 000 | 8,7 | 7,2 | 9,1 | 10,1 | 9,1 | 11,9 |
| 200 000 | 6,3 | 5,4 | 7,4 | 7,2 | 6,7 | 9,2 |
| 300 000 | 5,2 | 4,6 | 6,5 | 5,9 | 5,6 | 7,9 |
| 400 000 | 4,6 | 4,1 | 6,0 | 5,1 | 4,9 | 7,1 |
| 500 000 | 4,1 | 3,7 | 5,6 | 4,6 | 4,5 | 6,5 |
| 1 000 000 | 3,0 | 2,8 | 4,5 | 3,2 | 3,3 | 5,0 |
| 2 000 000 | 2,1 | 2,1 | 3,6 | 2,3 | 2,4 | 3,9 |
| 3 000 000 | 1,8 | 1,8 | 3,2 | 1,9 | 2,0 | 3,3 |
| 4 000 000 | 1,6 | 1,6 | 3,0 | 1,6 | 1,8 | 3,0 |
| 5 000 000 | 1,4 | 1,5 | 2,8 | 1,5 | 1,6 | 2,8 |
| 10 000 000 | 1,0 | 1,1 | 2,2 | 1,0 | 1,2 | 2,1 |
| 20 000 000 | 0,7 | 0,8 | 1,8 | 0,7 | 0,9 | 1,6 |
| 30 000 000 | 0,6 | 0,7 | 1,6 | 0,6 | 0,7 | (1) |
| 40 000 000 | 0,5 | 0,6 | 1,5 | 0,5 | 0,6 | (1) |
| 50 000 000 | 0,5 | 0,6 | (1) | 0,5 | 0,6 | (1) |
| 100 000 000 | 0,3 | 0,4 | (1) | 0,3 | (1) | (1) |
| 200 000 000 | 0,3 | 0,4 | (1) | (1) | (1) | (1) |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Não existe estimativa com dimensão maior que a anterior.

Para a obtenção de estimativas dos erros amostrais associados às características de moradores em domicílios particulares deve-se utilizar os parâmetros especificados no modelo de regressão referentes às características de pessoas, uma vez que estas variáveis refletem a dimensão da amostra de pessoas.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2009, foram pesquisadas 399 387 pessoas e 153 837 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.